

BC quer apertar banco estadual

Os expositores do seminário da Câmara dos Deputados defenderam o aperto sobre os bancos estaduais, a reabertura do sistema para novos bancos estrangeiros e a consolidação do modelo dos bancos múltiplos, com a busca de maior competitividade no mercado para melhorar o atendimento ao público e reduzir o custo dos empréstimos.

Na última terça-feira, logo na abertura do seminário, o economista Celso Martone, da Universidade de São Paulo (USP), trouxe à tona a polêmica em torno dos bancos estaduais, ao propôr sua extinção ou privatização, caso não suportem a livre competição do mercado. Martone quase que repetiu a tese do Banco Mundial, expressa nas negociações do financiamento de US\$ 500 milhões ao programa de reordenamento do sistema financeiro nacional, de que "os bancos estaduais não têm qualquer função econômica importante que não possa ser desempenhada pelos bancos privados existentes".

O presidente da Febraban, Léo

Cochrane Júnior, afirmou que cabe aos próprios bancos estaduais demonstrarem eficiência e competência para garantir a sobrevivência. O presidente interino do Banco Central, Wadico Waldir Bucchi, dependente do Senado Federal para a efetivação no cargo, disse não ter posição definida quanto a regulamentação.

Bucchi apenas defendeu com firmeza a postura de que "instituições insolventes, sejam públicas ou privadas, devem ser liquidadas". Para evitar a repetição do rombo dos bancos estaduais de valor equivalente a US\$ 4 bilhões na conta "reservas bancárias", em 1987, com emissão-extra de moeda equivalente a dois terços do atual saldo da base monetária, Bucchi disse que, em caso de saque a descoberto, o BC deve exigir a imediata capitalização do banco, em determinado prazo e, depois, decretar a liquidação.

Outra atribuição exclusiva do Congresso Nacional será a defini-

ção das regras para a atuação dos bancos estrangeiros no País. Mas o presidente interino do Banco Central manifestou o entendimento de que o Brasil pode permitir a entrada de novos bancos estrangeiros, com participação limitada a 30% do capital votante e 50% do total.

Wadico Bucchi disse que, "ao contrário do que se apregoa, desde que a nova Constituição entrou em vigor, o Banco Central não aprovou o ingresso de qualquer banco estrangeiro". O Dresdner Bank, da Alemanha Ocidental, foi a única exceção, por razões de interesse nacional e conveniências diplomáticas, uma vez que "o governo devolveu a autorização de funcionamento cassada na Segunda Guerra Mundial". O BC tem condições de controlar os bancos nacionais com participação estrangeira "e os próprios banqueiros nada têm contra a ampliação da concorrência externa", mas Bucchi reiterou que cabe ao Legislativo analisar "o que se pretende do capital estrangeiro".